A PRIVATIZAÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL VIA APOSTILAMENTO NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÁCERES – MT

Tiago dos Santos Rodrigues (PPGEDU/UNEMAT) tiago.rodrigues@unemat.br

Marilda de Oliveira Costa (PPGEDU/UNEMAT) marildacosta532@gmail.com

Rodolfo Claudio da Cruz (PPGEDU/UNEMAT) Rodolfo.cruz@unemat.br

GT 10 - ENSINO, CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar os valores financeiros repassados a editora positivo por meio da contratação do Sistema Aprende Brasil, realizada pela secretaria municipal de educação do município de Cáceres-MT bem como as principais características do sistema de apostilamento contratado. No ano de 2017 o município em questão adquiriu um pacote referente ao apostilamento para as turmas da pré-escola II da rede de educação, a fim de melhorar a qualidade da educação. A inserção do sistema se daria de forma gradativa a partir do ano de 2018 para todas as turmas da educação básica municipal, porém o contrato permaneceu até o ano de 2020 se mantendo com a pré-escola II. O valor destinado à contratação do sistema é alto e tem impacto direto no orçamento da educação proveniente das verbas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Ademais com a ocorrência da pandemia causada pela Covid-19 houve a interrupção do contrato e nenhum dado sobre a melhora qualidade da educação foi evidenciada ou divulgada pela Secretaria.

Palavras-Chave: Privatização. Currículo. Educação Infantil.

1- Introdução

A relação público-privado emerge com a redefinição do papel do Estado, que por sua vez acaba cedendo cada vez mais suas atribuições para entidades de outros setores, dentro da ótica neoliberal vemos cada vez mais ações de mercantilização de vários setores e segmentos existentes principalmente dentro do Estado, instituição de maior interesse do neoliberalismo. Esses processos de mercantilização estão sendo inseridos de diversas maneiras através de diferentes tipos de privatização, de parcerias público-privado de ações do chamado terceiro setor que de acordo com Costa (2011) “é a “participação” de indivíduos ou organizações na execução de políticas sociais, dentre elas, a educacional, introduzidas com a reforma do Estado, que antes eram exclusivas e monopolizadas pelo Estado” (COSTA, 2011, p. 86).

No município de Cáceres-MT foi implementado um sistema de apostilado na educação infantil que tem gerado questionamentos e desconforto em vários profissionais da educação, dentro e fora da rede municipal, por seu caráter impositivo e

pela falta de legitimidade, já que para sua implementação os que seriam mais afetados por esse sistema não foram consultados. A decisão foi tomada em gabinete, ou seja, no âmbito da gestão governamental, sem consulta prévia aos executores, gestores e professores da rede pública municipal de ensino. O objetivo dessa implementação segundo a gestão municipal – prefeito e Secretaria Municipal de Educação (SME) – é a melhoria da qualidade da educação e preparo para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), de aumentar os resultados do IDEB do município. Antecipando-se desde a educação infantil o que acaba gerando uma preconização da escolarização das crianças.

O Sistema Aprende Brasil da Editora Positivo abrange desde a educação infantil até o pré-vestibular, porém para o município o serviço foi contratado apenas para a pré-escola II, última etapa da educação infantil, e que gradativamente seriam inseridos em outras etapas e anos da educação básica, porém desde o ano de 2017, quando começou a parceria, até o ano de 2019 apenas para a Pré-escola II continuou com o apostilamento.

Para melhor compreensão do assunto foi elaborado um referencial teórico que utiliza autores renomados que apresentam os tipos de privatização chamadas de endógenas, exógenas e governança corporativa que acontecem dentro do setor público, mas nesse caso em específico foi mantido o foco na área da educação. Para auxiliar na pesquisa foi realizada uma entrevista com roteiro semiestruturado com duas profissionais da rede municipal que estão atualmente trabalhando com a educação infantil e através de suas falas foi possível compreender alguns aspectos fundamentais da ingerência do setor privado na esfera pública da educação do município. Com o auxílio do referencial, análise de documentos publicados no Diário Oficial do Municípios MT (contratos e licitações) e do roteiro de entrevista semiestruturado aplicado foi possível obter um esboço do que esse apostilamento está significando para o município e para os profissionais, em sua grande maioria de forma negativa, pois os altos valores investidos poderiam ser aplicados em outras estruturas que estão necessitando de maior atenção, as postilas trazem, além de uma antecipação da escolarização da educação infantil, a retirada da autonomia do professor, uma vez que contam com um cronograma já estabelecido que deve ser seguido bimestralmente e através do material de “apoio” os professores contam com normas e manuais de como as atividades propostas devem ser executadas.

2- A formação do Estado Nacional no Brasil, suas definições e redefinições.

Quando se fala em papel do Estado é necessário primeiramente entender em qual cenário esse Estado está inserido, no Brasil particularmente, as definições e redefinições do papel do Estado tem tomado rumos bastante peculiares em razão da formação social brasileira.

O Brasil é um país de periferia capitalista que teve sua "colonização" realizada por um país em crise em relação aos demais países europeus, sua modernização um tanto atrasada produziu um Estado incapaz de sanar os problemas sociais existentes. "Na formação do Estado nacional verificam-se as marcas decorrentes do fato do país ter sido colonizado por uma metrópole decadente e tardia em relação ao capitalismo da Europa" (PERONI, 2003, p. 36), ou seja, o Brasil advém de um capitalismo tardio.

Com as crises do Colonialismo na maior parte do globo, ocorreu o fim do Estado Colonial e instaurou-se no Brasil o Estado Nacional. Para se manter no poder, a então "burguesia" nacional firmou acordos com a elite de Portugal "estabelecendo uma convivência pacífica e garantindo a produção escravista para os cultivos monocultores" (PERONI, 2003, p. 36). Mesmo com instauração do Estado Nacional e com a independência do Brasil, o país continuou dependente de políticas externas e permanecendo como um país de periferia capitalista. Os laços que se estabeleceram ao longo dos anos dos países de capitalismo periférico com os países da Europa e com os Estados Unidos da América, colocam os primeiros em situação de dependência que são estabelecidas pelo capitalismo central. "Os poderes hegemônicos dos países centrais conseguem estabelecer nos países periféricos alianças com grupos locais que compartem de seus objetivos" (BIANCHETTI, 1997, p. 41).

Apesar da independência do Brasil em 1822, apenas com a Constituição Federal de 1988 o Brasil começou a vislumbrar levemente um Estado de Bem-Estar Social (Welfare State). As marcas do período de colonização refletem até hoje em uma sociedade nada igualitária e o atual contexto político não parece ter intenções de melhorá-la. Serviços básicos como a educação está garantida na Constituição Federal e reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394 de 1996. Porém, como afirmam Costa e Almeida:

> Surgiram enfaticamente um profundo descontentamento e dúvidas em relação aos gastos públicos em termos de políticas sociais, dado o

> entendimento de que estas é que minariam a capacidade do Estado de manter um ambiente propício aos negócios, já que seria preciso sustentar uma máquina burocrática e administrativa muito grande para continuar prestando os mesmos serviços (COSTA; ALMEIDA, 2019, p. 05).

Entende-se então que os gastos que o Estado tem com políticas públicas sociais são grandes demais para serem mantidos e dentro de uma lógica neoliberal devem ser diminuídos ou até mesmo exterminados pois "O reformismo *neoliberal* é, portanto, entendido como a diminuição e a restrição das áreas de atuação do Estado, com vistas à alocação das riquezas produzidas por determinado país prioritariamente ao agrado e serviço do rentismo do capital financeiro internacional" (idem).

Sendo assim, os mecanismos de mercado estão cada vez mais presentes dentro do Estado de forma a forçar o mesmo a agir em favor do capital como afirma Costa (2011)

> Os mecanismos de mercado vêm orientando reformas nos Estados nacionais em diferentes partes do mundo desde a década de 1980. Têm como causa mais visível as estratégias do capital para superar a própria crise estrutural e, como consequência imediata, a reorganização administrativa do aparato estatal, com a implantação da Nova Gerência Pública, ou Gestão Gerencial, no interior do Estado. Constata-se, com isso, a redução drástica dos direitos sociais, incluindo-se as políticas universais, e a retirada do Estado de provedor direto desses direitos, repassando-os para o mercado e/ou para o Terceiro Setor por meio de parcerias público-privadas, inclusive na gestão educacional. (COSTA, 2011, p. 59).

Os neoliberais que pregam a retirada completa do Estado na oferta de serviços essenciais apresentam como alternativa o terceiro setor que

> Apela para a responsabilização de um novo ator – o Terceiro Setor – para substituir o papel do Estado na execução dessas políticas, dentre elas, a da educação, por meio de parcerias. O Estado deixa de agir diretamente na execução de políticas (sociais) públicas, no entanto, financia o Terceiro Setor e, por meio das parcerias entre o público e o privado, institui a política pública. (COSTA, 2011, p. 52).

Esse terceiro setor, redefinido com a política de terceira via recebe então a responsabilidade de executar serviços que antes eram oferecidos pelo Estado, e agora ele "paga" a esse setor para fazer o seu trabalho, mais uma vez mostrando que a lógica mercadológica do capital está predominantemente ligada e inserida no aparelho do Estado.

A sociedade civil, nesse caso, está assumindo algumas posições e assim, mudando o papel do Estado e da própria sociedade civil em si como explica Wood

> "Sociedade civil" constitui não somente uma relação inteiramente nova entre o "público" e o "privado", mas um reino "privado" inteiramente novo, com clara presença e opressão pública própria, uma estrutura de poder e dominação única e uma cruel lógica sistêmica. Representa uma rede particular de relações sociais que não apenas se coloca em funções coercitivas, "policiais" e "administrativas" do Estado, mas também transfere essas funções, ou, no mínimo, uma parte significativa delas. Ela gera uma nova divisão do trabalho entre a esfera "pública" do Estado e a esfera "privada" da propriedade capitalista e do imperativo de mercado, em que apropriação, exploração e dominação se desligam da autoridade pública e da responsabilidade social – enquanto esses novos poderes privados dependem da sustentação do Estado por meio de um poder de imposição mais concentrado do que qualquer outro que tenha existido anteriormente (WOOD, 2003, p.217-218).

Para se falar sobre privatização na educação especificamente é necessário ter esse entendimento sobre as redefinições do papel do Estado, e sobre a postura da sociedade civil nesse aspecto, a seguir serão abordados os principais tipos de privatização que ocorrem dentro do setor público, tratando com mais foco as privatizações na educação pública e como elas ocorrem.

3- A privatização da educação.

Como já foi supracitado, a educação é um direito de todos e dever do Estado, garantido no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 - "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). A partir daí o Estado deve assegurar a educação gratuita à todos os cidadãos. Não somente no Brasil, mas em toda América Latina (com exceção da Colômbia) a educação é disponibilizada de forma gratuita, de acordo com Croso; Magalhães (2016, p. 19), "na América Latina, a gratuidade é um princípio estabelecido em todas as Leis Gerais de Educação, exceto a da Colômbia", porém a iniciativa privada tem autonomia para oferecer a educação como um serviço assim como tudo aquilo que o capitalismo consegue alcançar.

Dentro do capitalismo é possível observar uma crescente lógica de mercantilização da educação, tanto no setor privado como também no setor público, fomentando verdadeiras indústrias e negócios que visam fundamentalmente à extração de lucro (CROSO; MAGALHÃES, 2019, p. 19)". Ou seja, essa lógica mercantil não se atém ao setor privado, mas se estende também ao setor público que vem ocorrendo por diferentes tipos de privatizações que se dão das mais variadas formas. Para se falar em privatização, é necessário primeiro entender seus conceitos. Santos (2002), caracteriza a privatização como a terceira forma de fascismo, ao qual ele chama de *fascismo para-estatal*. Para o autor, "trata-se de uma usurpação de prerrogativas estatais de coerção por parte de atores sociais muito poderosos, muitas vezes com conivência do próprio Estado [...] o *fascismo para-estatal* tem duas vertentes, o *fascismo contratual* e o *fascismo territorial*". O *fascismo contratual* é o que geralmente ocorre nas diferenças de poder entre as partes de um determinado contrato social, "a parte mais fraca, vulnerabilizada por não ter alternativa ao contrato, aceita as condições que lhe são impostas. [...] essa forma de fascismo ocorre hoje frequentemente nas situações de privatizações do serviço público (idem p. 34-35, grifos do autor). Através dessa fala é possível compreender que os processos de privatização acontecem de forma naturalizada através de contratos que são legitimados pelo Estado e pela própria sociedade civil.

Ball; Youdell (2007) apresentam alguns tipos de privatização das quais eles apontam suas principais características e formas de ação. Vamos apresentar primeiro o que os autores chamam de privatização endógena ou endoprivatização "Essas formas de privatização envolvem a importação de ideias, métodos e práticas do setor privado, a fim de tornar o setor público cada vez mais parecido com um negócio e cada vez mais comercial." (BALL; YOUDELL 2007, p. 12).

O que é chamado de "forma de mercados" se caracteriza por uma ação não tão direta, um pouco mais oculta na educação. Através da endoprivatização é possível a instalação de um sistema que permite certas ações que promovem a competição entre escolas fazendo com que as mesmas busquem por melhoras na qualidade oferecida, com baixo custo e baixo investimento. Desse modo, permitem aos pais escolherem as "melhores" escolas, e aquelas escolas que são consideradas "de baixa qualidade" correm o risco de serem fechadas ou sofrem as sanções consideradas adequadas de acordo com a sua "pontuação" obtida. Essas competições são defendidas por aqueles que acreditam numa concepção mercadológica de que através delas o esforço vai ser recompensado e a falta dele punido, sendo assim os valores do mercado são inseridos na educação.

Ao se transformar a gestão da escola a algo mais próximo de um modelo de gestão empresarial, o gestor agora configura-se como um gerente comercial,

> O gestor é um agente básico de mudança organizacional e um elemento-chave das políticas de privatização. As importantes mudanças na política educacional desde finais dos anos 80 até agora deram aos gestores novos poderes que lhes permitiam controlar seus orçamentos organizacionais, seus funcionários (remuneração e contratação) e processos internos de tomada de decisão, de maneira inovadora e criativa, a fim de alcançar os objetivos e os fins da reforma educacional (BALL; YOUDELL 2007, p. 18).

Esse entendimento de gestão possibilitou a reestruturação e reforma da cultura dos setores públicos em diversos países. Tendo então "o objetivo de introduzir e fortalecer mecanismos de mercado e formas de privatização. Dessa maneira, a nova noção afeta a maneira e o escopo das decisões de política social e, sistematicamente, marginaliza e descapacita os profissionais da educação" (BALL; YOUDELL 2007, p. 19).

Com as redefinições nos processos de gestão, foi possível então instaurar a chamada "gestão por resultados" que estabelece investimentos e salários de acordo com os resultados obtidos. Através disso é possível,

> Governos que estabelecem padrões de referência e objetivos para atender às escolas e sistemas educacionais; publicação de resultados escolares sob a forma de "tabelas de classificação"; e vincular o financiamento da escola às obrigações de cumprimento do desempenho [...] No que diz respeito ao corpo docente, vale a pena mencionar os seguintes exemplos: vincular os salários dos professores ao comportamento escolar das crianças. (BALL; YOUDELL 2007, p. 19).

Apresentado em segundo, o tipo de privatização que é chamada de exógena ou exoprivatização, os autores afirmam que

> Essas formas de privatização envolvem a abertura de serviços públicos de educação para a participação do setor privado, por meio de modalidades baseadas em benefícios econômicos, bem como o uso do setor privado em termos de concessão, gestão ou provisão de diferentes aspectos da educação pública. (BALL; YOUDELL 2007, p. 12).

Na exoprivatização, temos a incorporação completa do setor privado dentro do setor público através de parcerias estabelecidas por diferentes meios, como compra de

materiais didáticos, sistemas de informatização, cursos de capacitação para funcionários, modelos de gestão, avaliações, currículos, e até mesmo transporte escolar.

> A participação do setor privado se manifesta através de milionários projetos de construção (parcerias entre os setores público e privado) e de contratos nacionais para a gestão e teste de sistemas educacionais, bem como seu envolvimento em atividades diárias de menor relevância do que centros de ensino e ensino (BALL; YOUDELL 2007, p. 22).

É crescente o número de grandes empresas e organizações do terceiro setor que estão se envolvendo cada vez mais com o que pode ser chamado de "edunegócios". A busca por transformar a educação em um grande mercado onde se compra e vende produtos e serviços tem aumentado de forma alarmante não só no Brasil, mas em todo o mundo. De acordo com Ball e Youdell:

> O chamado 'setor de serviços educacionais' como um todo está crescendo muito rapidamente "a taxas impressionantes de 30% ao ano [...] Centros de ensino, distritos escolares e governos estão fazendo uso crescente de consultores privados. Aquelas sociedades de consultoria e serviços de educação estão interessadas em exportar seu "conhecimento especializado" e "produtos" educacionais para todos os países do mundo (2007, p. 24).

Em terceiro lugar será apresentado o que pode ser chamado de governança coorporativa ou privatização da política. Conceitualmente, trata-se da participação "direta ou indireta de representantes do setor privado e da indústria da educação na definição do debate e da agenda pública educativa em todos os âmbitos. Essa influência é derivada da criação de redes de relações sociais entre políticos, funcionários públicos e empresários" (CROSO; MAGALHÃES 2016, p. 22).

No Brasil particularmente, instituições privadas e segmentos da sociedade civil como a Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna (IAS), Instituto Natura, Fundação Itaú, Movimento Todos Pela Educação entre outras, demonstram grande interesse de intervenção no sistema educacional, e cujo exemplo mais emblemático foi a criação do Movimento pela Base Nacional Comum, composto por agentes de diferentes segmentos da sociedade civil e do Estado. É um movimento que envolve segmentos e membros da sociedade civil tais como: bancários, grandes empresários, profissionais liberais membros do Próprio Estado e do terceiro setor na elaboração e implementação da Base Nacional Comum Curricular. Através de parcerias da sociedade civil, ou da nova filantropia e do Terceiro Setor essas instituições têm ganhado cada vez mais voz no que

concerne à educação nacional e tem apoiado reformas e contrarreformas com interesses que muitas vezes não ficam bem claros, pois através de investimentos “Filantrópicos” essas instituições empregam grandes recursos dos quais

> Estão sendo empregados para mudar o panorama da educação no Brasil e a experiência da educação nas escolas brasileiras. Em tais relações público-privadas obscuras, torna-se desafiador, se não impossível, identificar precisamente o papel desempenhado por diferentes atores políticos e responsabilizá-los (BALL; AVELAR, 2017, p. 08).

4- A parceria: adoção do sistema apostilado positivo pelo município de Cáceres-MT

Para melhor compreender como está estruturado o sistema municipal de educação de Cáceres, a tabela abaixo traz alguns dados que possibilitam essa compreensão, tendo foco as matrículas da educação infantil do ano de 2017 até o ano de 2020.

Tabela 1- Caracterização do sistema de educação municipal, de Cáceres com foco na educação infantil 2017-2020

Ano	Número de Escolas		Número de Professores	Número de Matrículas Educação Infantil	
	Urbanas	**Rurais**		**Creche**	**Pré-escola**
2017	24	17	460	1.279	2.152
2018	24	15	476	1.221	2.177
2019	24	14	473	1.258	2.273
2020	25	14	469	1.308	2.265

Fonte: Elaboração Própria com base em dados disponíveis em: https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores

Especificamente no ano de 2017, na segunda gestão do prefeito Francis Maris Cruz (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB[1]), o município de Cáceres/MT implementou o método de ensino do *sistema aprende Brasil*, através da compra do

[1] O PSDB foi fundado em 25 de junho com o seguinte lema: "Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, para fazer germinar novamente a esperança". Mesmo em fase de constituição, disputa as eleições municipais de 15 de novembro, elegendo 18 prefeitos. Entre eles, Pimenta da Veiga, em Belo Horizonte, e Ademir Lucas, em Contagem (MG). Disponível em: https://www.psdb.org.br/conheca/historia.

sistema apostilado para a pré-escola II da educação infantil (apenas para a pré-escola II). Através do contrato n°16/2017, a Procuradoria Geral do Município (PGM), publicou no Diário Oficial do município o extrato do contrato no qual consta as seguintes informações

> OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato o fornecimento, em favor da CONTRATANTE, dos materiais didáticos que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Ambiente Digital com conteúdos educacionais; Acompanhamento e Assessoramento Pedagógico; e, Sistema de Gestão das Informações Educacionais, do qual a CONTRATADA é detentora exclusiva, em todo território nacional, dos direitos de publicação, comercialização e distribuição. [...] DESCRIÇÃO DOS OBJETOS; VALOR: O contratante pagará à contratada pelo fornecimento do objeto contratado no valor global de R$ 391.632,50 (Trezentos e noventa e um mil, seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), conforme Itens abaixo relacionados: a) Ficha n.º 482, pedido n.º 00541/17 de 03/02/2017, no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais). b) Ficha n.º 1096, pedido n.º 00541/17 de 03/02/2017, no valor de R$ 371.632,50 (Trezentos e setenta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) (CÁCERES, 2017).

A secretária de educação à época da contratação inicial, Cristiane Barbosa, explicou que o método seria aplicado gradativamente, iniciando pela educação infantil e posteriormente integrando as demais etapas e turmas. Como se pode ver, o valor investido nesse ano chegou a quase 400 mil reais para a compra do sistema apostilado que tem por objetivo melhorar a qualidade do ensino do município com vistas a, futuramente, melhorar os resultados no ensino fundamental no IDEB, Adrião et al. (2009, p. 801) ressaltam que a compra dos sistemas de ensino privados “representa mais do que a simples aquisição de materiais didáticos, dado se tratar de uma estratégia por meio da qual o setor privado amplia seu mercado, ao incidir sobre o espaço público”.

De acordo com o site da editora positivo, seu sistema já se faz presente em mais de 5 mil escolas no Brasil e no Japão, e em mais de 1500 cidades, nas modalidades que vão desde a educação infantil até o pré-vestibular. E através do sistema *aprende Brasil* destacam que:

> O Aprende Brasil é um sistema de ensino completo, que oferece um conjunto específico de soluções para a rede de ensino pública: livro didático integrado, assessoria pedagógica, portal educacional e sistemas de avaliação SIMEB e hábile. O Sistema de Ensino Aprende

> Brasil foi desenvolvido para potencializar a qualidade do ensino nas escolas do seu município. Os conteúdos de um ano dão continuidade aos do período anterior, garantindo uma aprendizagem progressiva, articulada e interdisciplinar. A assessoria pedagógica complementa a capacitação dos professores e da equipe técnica da rede de ensino, ministrando cursos de metodologia. Os municípios e os estados conveniados ao Sistema de Ensino Aprende Brasil utilizam duas ferramentas para a gestão e mensuração do avanço da educação de sua rede de escolas: o SIMEB e o hábile. (POSITIVO, 2015, p. 06).

Percebe-se nisso que o discurso de demonização do público ganhou força com as reformas neoliberais a partir dos anos de 1980 e tem como objetivo a privatização dos direitos sociais, expropriação intensa do trabalho, isenções fiscais para os ricos, entre inúmeras medidas que favorecem a acumulação de capital. A ideologia é providencial à disseminação dessas ideias, que apresenta a "salvação" via mercado, inclusive pelos próprios profissionais que trabalham nas áreas diretamente atingidas. "Assim, materializa-se a intervenção do privado no público. A ideia principal é a de ineficácia do Estado, tanto do ponto de vista técnico e político, para o delineamento de diretrizes filosófico-políticas da educação, quanto da perspectiva de sua gestão" (COSTA, 2011, p. 72).

Dando sequência, foi obtido acesso ao material de apoio ao professor, que de acordo com a autora do material ele "tem a intenção de apresentar os indicadores da estrutura didático-editorial que compõe o material [...] e oferecer à criança, principal protagonista deste processo um material de qualidade, atualizado e adequado à realidade do mundo contemporâneo (FLORES, 2019, p. 05). A apostila em si já vem alinhada com Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e traz toda uma organização de etapas que devem ser trabalhadas ao longo do ano letivo, de acordo com cada atividade nas apostilas através do que a autora chama de 'sugestão de propostas'.

A divisão dos materiais apresentados é feita em três grupos, Grupo 3: crianças de 3 anos, Grupo 4: crianças de 4 anos e rupo 5: crianças de 5 anos. Como já foi mencionado anteriormente o município optou apenas pelo Grupo 5, e as demais apostilas que seriam inseridas de forma gradativa no decorrer de cada ano permanecem até hoje no mesmo Grupo. A unidade 1 da apostila traz a vida na pré-história, a unidade 2 barulhinhos do corpo. À primeira vista, parece trata-se de material pedagógico distante da realidade da pré-escola, em inúmeros aspectos; cabe, porém, analisá-los em momento oportuno, em razão do curto espaço da escrita.

Apontando os custos financeiros dados pela contratação do material da editora, a tabela a seguir mostra os valores que foram gastos dos anos de 2017 até o ano de 2020.

Tabela 2- Gastos com editora Aprende Brasil 2017-2020 valores corrigidos IPCA[2]

RAZÃO SOCIAL DA EDITORA	VALOR NOMINAL	VALOR CORRIGIDO
EDITORA APRENDE BRASIL LTDA	R$ 464.607,52	R$ 552.920,35
EDITORA APRENDE BRASIL LTDA	R$ 470.762,11	R$ 538.459,35
EDITORA APRENDE BRASIL LTDA	R$ 505.503,02	R$ 559.861,53
EDITORA APRENDE BRASIL LTDA	R$ 261.473,88	R$ 277.622,53

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radardespesa/radardespesa.html

Na tabela é possível perceber que no ano de 2020 o valor do contrato foi menor devido a pandemia causada pela Covid-19, porém o gasto ainda é bastante alto, tendo ficado evidente que a contratação não se estender para atender outras turmas da educação básica ficando apenas na Pré-escola II.

Ainda é cedo para dizer quão grande será o impacto dessas apostilas nos resultados do município, pois os primeiros alunos que utilizaram as apostilas em 2018 estão no 5° ano do ensino fundamental e ainda não participaram de nenhuma avaliação externa, não dando margem para apontar se vai haver impacto positivo ou negativo no Ideb municipal.

Considerações finais

Este artigo buscou mostrar os valore repassados à inciativa privada através de contratos de privatização do currículo por meio de compra de apostilas. À luz de teóricos-críticos foi possível compreender como funcionam essas relações e os tipos de

[2] Índice de Preços ao Consumidor Amplo disponível em: https://artigos.toroinvestimentos.com.br/ipca-acumulado-o-queeinflacao?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=13987880586&utm_content=&utm_term=&gclid=Cj0KCQjw1dGJBhD4ARIsANb6OdlZj3jcZLw_Uix6lGSsmXCa5FkVUhuADSojKE5wJdWfOs3cVuYgKH8aAliKEALw_wcB

privatização que acontecem no setor público, e, principalmente, na educação através dos ‘edunegócios’ e da lógica mercadológica do capital inserida em diversos setores do Estado.

Outrossim, os “investimentos” feitos na educação através dessas privatizações parecem trazer menos resultados positivos que o propagandeado. Entende-se então que o dinheiro gasto nessas apostilas poderia ser direcionado para outro tipo de recurso que seria realmente necessário para a melhoria da qualidade da educação socialmente referenciada, principalmente da educação no município de Cáceres, levando em consideração que existem outras prioridades de investimentos no momento, como a própria climatização das escolas da rede.

O contexto atual é marcado por intensos ataques ao setor público, principalmente o setor educação, através de uma elite “atrasada”, ideologicamente vinculada à quadros da extrema direita, retrógrada conservadora, representada na figura do atual Presidente da República e de seu governo, que por meio de seus ministros tem apontado o indicador para as “falhas” na educação e na atuação de seus profissionais. O Estado tem deixado seu papel regulador de lado e assumido apenas um papel de árbitro, opressor em função de uma nova ordem social que é determinada pelas elites econômicas, nacional e internacional. Por isso é imperativo que os profissionais da educação busquem cada vez mais entender as mudanças que estão ocorrendo nas políticas educacionais para que possam ter mais esclarecimento da sua própria realidade para assim ter um olhar mais crítico sobre a mesma e buscar mudá-la.

Referências bibliográficas

ADRIAO, T. et al. **Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas**. Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, Oct. 2009.

BALL, S.; YODELL, D. **Privatización encubierta en la educación pública, Internacional de la Educación**. Bruselas, 2007. Disponível em: <http://www.joanmayans.com/privatizacion_ encubierta_de_la_educacion_publica.pdf>. Acesso em: 9 de novembro de 2019.

BALL, Stephen J.; AVELAR, **Marina. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil.** International Journal of Educational Development. 2017.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais.** Cortez editora. Questões de nossa época. São Paulo. SP. 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm.

CÁCERES, Diário Oficial dos Municípios MT**, Extrato do Contrato Adm n° 16/2017-PGM** disponível em: https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/251147/. Acesso em fev. de 2020.

COSTA, Marilda de Oliveira. **Concepções de gestão nos programas do Instituto Ayrton Senna no contexto de alterações no papel do Estado e da sociedade civil**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

COSTA, Marilda de Oliveira; ALMEIDA, Leonardo Silva. **Educação e "Democracia": Base Nacional Comum Curricular & "Novo" Ensino Médio sob a ótica de Entidades Acadêmicas da área educacional**. Revista Brasileira de Educação, vol. 24, 2019.

CROSO, Camilla; MAGALHÃES, Giovanna Modé. **Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, nº. 134, p.17-33, jan.-mar., 2016.

FLORES, Danielle Bonamin. **Educação infantil: grupo 5: integrado**/ Danielle Bonamin Flores, Maria da Glória Galeb; ilustrações Águeda Horn [et al]- Curitiba: Aprende Brasil, 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed., 6. reimpr. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LEFEBVRE, H. (1979). **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

POSITIVO. **Sistema Aprende Brasil: folder expositivo**. Editora Positivo, disponível em: http://www.editorapositivo.com.br/wp-content/uploads/sites/7/2016/10/Aprende-Brasil.pdf. Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A difícil democracia. Introdução. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, B. S. Reinventar a Democracia. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 2002.

WOOD, Hellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. 1ª Ed. São Paulo: Bom tempo, 2003.